

NR 12

SENADO

SINAIT

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CNTT NR 12

Data: 10 de julho de 2015

Local: SRTE/SP – São Paulo/SP

Bancada de Governo: Aida Cristina Becker (SRTE/RS), Roberto Misturini (SRTE/RS), Hildeberto Júnior (SRTE/SP), Ricardo Rosa (SRTE/SP), Roberto Giuliano (Fundacentro), Romulo Machado (DSST/SIT).

Bancada de Trabalhadores: Aparecido Alves Tenório (UGT), Bonifacio Ferreira da Silva (Força Sindical), Luiz de Bittencourte (Força Sindical).

Bancada de Empregadores: Jose Luiz Pedro de Barros (CNI), Luciana Freire (CNI), Moacir Ceriguelli (CNI), Lourenço Righetti Netto (ABIMAQ/CNI), Fabio Belém (CNC), Alaor Pereira (CNC).

MPT: Ronaldo Lira

2. A bancada dos trabalhadores manifestou seu descontentamento em relação ao encaminhamento da proposta patronal diretamente ao Ministro, uma vez que entendem que tal proposta deveria ser apresentada para a CNTT; Manifestou também o descontentamento e contrariedade quanto a postura da bancada patronal em relação aos PDCs – Projetos de Decreto Legislativo propostos no âmbito do legislativo com o intuito de sustar a NR12. Citou que tal conduta inviabiliza o trabalho tripartite;
3. A bancada patronal afirma que é legítimo o fato das bancadas emitirem seus posicionamentos. Quanto ao primeiro ponto, cita que a proposta de republicação havia sido encaminhada pela SIT e que, por isso, a resposta formal foi direcionada ao MTE; com relação aos PDCs, menciona que o Congresso representa a sociedade e afirma que não houve esforço da bancada patronal no sentido de apresentar o PDC; acrescenta que o PDC é fruto de um movimento de todo o empresariado em relação a NR12.

10. Por fim, o representante do MPT propôs a elaboração em conjunto por parte das 3 bancadas de documento contra os PDCs que propõem sustar a NR12. A bancada empresarial informou que fará o relato do bom clima e dos desdobramentos da reunião. Contudo informou que ainda não poderiam se comprometer com essa proposta.

Agenda Legislativa da Indústria 2015

Na legislatura de 2014, foram convertidas em lei quatro proposições priorizadas na pauta mínima: a limitação da substituição tributária em relação às micro e pequenas – MPEs (convertida na Lei Complementar nº 147/2014); o marco civil da internet (Lei nº 12.965/2014); a alteração das normas de tributação de lucros e dividendos de empresas brasileiras controladas e coligadas (Lei nº 12.973/2014); e a prorrogação do Reintegra (Lei nº 13.043/2014).

Passadas as eleições, a expectativa é a de que o volume de deliberações, no Congresso Nacional, seja ainda mais representativo. É importante que a priorização das votações e a definição de posicionamento pelo Congresso Nacional tenha sempre como baliza a promoção da maior competitividade do setor produtivo brasileiro

A partir disso, a **Agenda Legislativa da Indústria de 2015** prioriza um número maior de proposições na sua pauta mínima. São proposições que têm impacto direto na competitividade das empresas nacionais. No atual cenário de adversidade econômica, sua apreciação reveste-se de um sentido maior de urgência.

Passam a integrar a pauta mínima de 2015:

- a transição para a saída do Simples (PLS-C 476/2013);
- acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado (PLC 2/2015);
- a exigência de dupla visita nas fiscalizações do trabalho (PLS 149/2014);
- a restrição da competência para embargar ou interditar estabelecimentos (PL 6897/2013);
- a sustação dos efeitos da Norma Regulamentador (NR) 12, que introduziu novas exigências para máquinas e equipamentos em termos de segurança do trabalho (PDC 1408/2013);

Comunicado

APROVADO URGÊNCIA para SUSPENSÃO DA "NR 12" Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

O Plenário do Senado aprovou, já no final da sessão de ontem, madrugada de hoje, em extrapauta, o requerimento de urgência para o PDS 43 de 2015, que susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR 12, do Ministério do Trabalho e Emprego que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

Com a aprovação da urgência, cumprimos a primeira etapa de nossa mobilização, solicitada através do RedIndústria 8 de 28/8/2015.

A matéria, que tem parecer favorável do senador Douglas Cintra (PTB/PB), na CCJ, será pautada para votação, em Plenário, possivelmente, na terça-feira, 8/9/2015.

Renovo a solicitação de mobilização até a aprovação final do projeto.

Atenciosamente,

Paulo Afonso Ferreira

Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos

Confederação Nacional da Indústria, CNI

REDINDÚSTRIA | Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - COAL/ CNI | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Gerente Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz | Gerente de Articulação no Senado Federal: Pedro Aloysio Kloeckner | Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados: Beatriz Aparecida Lima Neves | Informações técnicas pelo telefone (61) 3317.9337 - ou pelo e-mail paloycio@cni.org.br | Endereço: Setor Bancário Norte Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen. CEP 70040-903. Brasília, DF.

Novo Hamburgo, 31 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor Senador

A Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores do Couro, Calçados e Afins – Abrameq manifesta o seu interesse pela continuidade do desenvolvimento de alternativas que atendam aos requisitos da Norma Regulamentadora nº 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Reforça-se ainda, que o setor industrial sente falta de financiamentos adequados para que as empresas possam realizar as adequações exigidas pela NR-12, assim como, há muita insegurança jurídica em nosso país, o que muitas vezes acaba por prejudicar e desmotivar os empresários.

De qualquer forma, entendemos que há a necessidade de evolução da norma e que parar esses desenvolvimentos nesse momento não seria a solução, pois precisamos sim identificar as dificuldades, alinhar as atividades e progredir com os anexos que possibilitem a indústria desenvolver soluções possíveis de serem aplicadas técnica e financeiramente.

Diante do exposto, nos posicionamos favoráveis à manutenção da NR-12, com a premissa do atendimento das particularidades dos setores através de anexos setoriais.